

Fazenda insiste que Estados paguem

O Ministério da Fazenda insistirá na exigência de que os Estados e municípios paguem pelo menos 25 por cento das suas dívidas externas vencidas ou a vencer em 1989, e que tenham sido contraídas com o aval do Governo Federal. A afirmação foi feita ontem pelo secretário do Tesouro Nacional, Luís Antônio Gonçalves, que garantiu ser incompatível uma rolagem maior destas dívidas com a meta de zerar o déficit público em 89, ou conseguir um resultado mais próximo possível deste objetivo. "Se a rolagem for aumentada, o Governo será obrigado a efetuar cortes adicionais em suas despesas", afirmou o secretário.

A possibilidade do Governo aceitar reformular o pagamento das dívidas dos Estados e municípios foi levantada no último domingo pelo ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto. Segundo ele, o Governo apresentaria aos governadores, na próxima quinta-feira, sua proposta de ajuste fiscal, que consiste no corte de despesas previstas no Orçamento Geral da União para 1989, e no corte de subsídios e incentivos fiscais, para aumentar a arrecadação federal. Em troca do

apoio dos governadores, Costa Couto deu a entender que o Governo aceitaria rever a exigência da rolagem.

Se os Estados e municípios não conseguirem convencer o Governo a mudar as regras, terão que pagar no próximo ano cerca de 2,5 bilhões de dólares (equivalentes a Cz\$ 1,3 trilhões), referentes aos 25 por cento da dívida que foi rolada em anos anteriores, e mais 581 milhõea de dólares (equivalente a Cz\$ 300 bilhões), referentes aos 25 por cento da dívida que vencerá em 89.

A divisão da dívida acumulada em anos anteriores é a seguinte:

Setor elétrico — 875 bilhões de dólares

governos estaduais e municipais — 882 milhões de dólares

Estatais (estaduais) — 756 milhões de dólares.

A dívida que vencerá em 89 está dividida da seguinte forma:

Setor elétrico — 239 milhões de dólares

Governos estaduais e municipais — 256 milhões de dólares

Estatais (estaduais) — 86 milhões de dólares.

TESOURO

Um dos argumentos prediletos dos governadores é de que a cobrança da dívida é uma injustiça,

pois o Governo Federal acabou de renegociar a dívida externa por 20 anos, e agora está querendo que os Estados paguem a sua em um prazo curto. O secretário do Tesouro Nacional considera a argumentação incorreta, e afirma que em 1989 o serviço da dívida pública será de 25,5 bilhões de dólares, e apenas 11 bilhões de dólares serão rolados. Os 14,5 bilhões restantes serão pagos, parte deles com o pagamento dos Estados.

Uma coisa que os técnicos do Tesouro insistem em esclarecer é que a dívida externa não é da União. Ela foi contraída pelos Estados, e o Tesouro apenas atuou como avalista dos empréstimos. Entretanto, desde 1983 os Estados e municípios estão rolando estas dívidas. Quando o empréstimo vence, o Tesouro paga a conta e o Estado passa a ficar devendo para o Governo Federal. Até o ano passado eles não pagavam nem o principal nem os juros.

Neste período a Cesp (Companhia Energética de São Paulo) rolou dívidas no valor de 2,2 bilhões de dólares, segundo Luís Antônio Gonçalves, enquanto a Cemig (Centrais Elétricas de Minas Gerais) rolaram apenas 27 milhões de dólares.